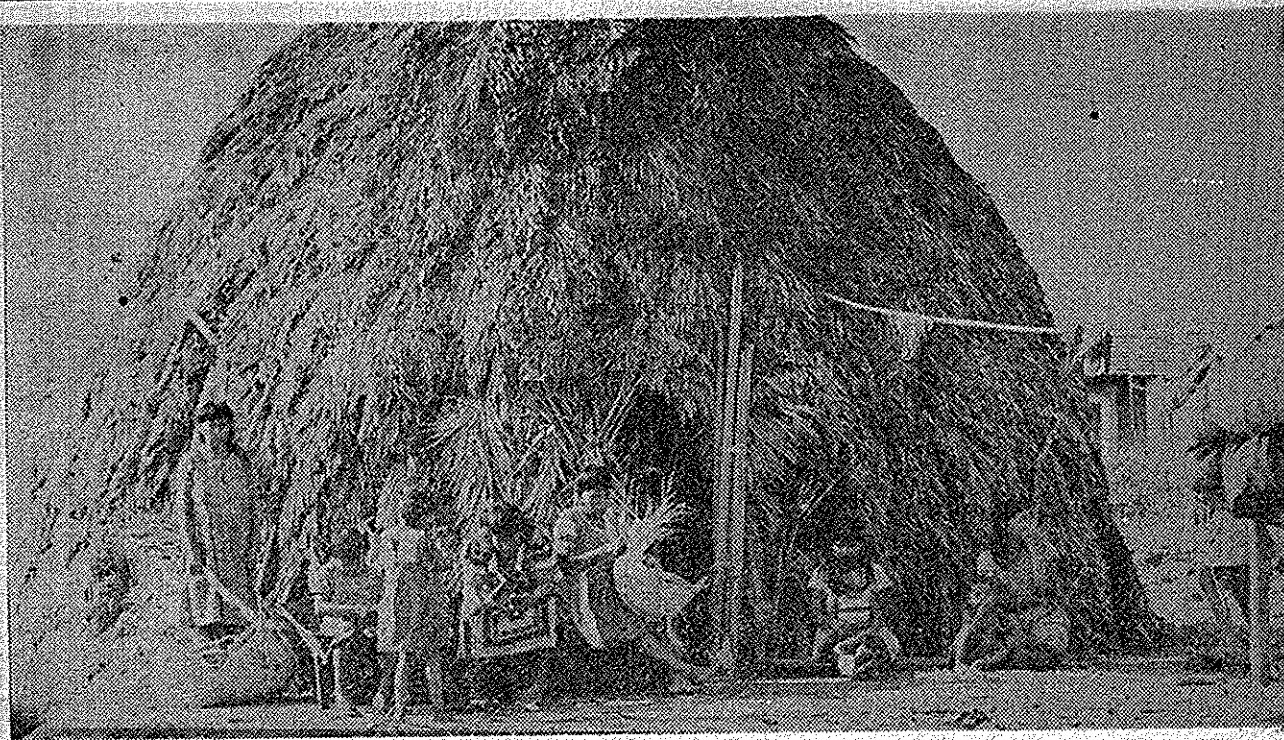




Estas perderam suas terras, invadidas por colonos brancos.



A Funai optou por um processo de aculturação progressiva

Foram donos deste País. Agora lutam pela sobrevivência

Alheios à passagem de mais um «Dia do Índio», os 250 mil nativos brasileiros buscam condições mais dignas de vida

AIRTON BARBOSA, DA
SUCURSAL DE BRASÍLIA

Depois de séculos como habitantes exclusivos da "Terra de Santa Cruz" e sofrerem, também durante séculos, a perseguição implacável dos colonizadores portugueses e espanhóis, chegando à "degradação plena e, quase, extinção, a população indígena brasileira, a partir de uma assistência, senão eficaz, pelo menos satisfatória, nos últimos dez anos — apesar da pressão dos novos colonizadores (o empresariado industrial e rural) — voltou a apresentar sinais de recuperação e hoje está em franca ascensão numérica e qualitativa, no aspecto de organização e longevidade.

Hoje, em todo o território brasileiro, os índios somam cerca de 250 mil almas, de acordo com estatísticas atualizadas da Funai. Praticamente o silvícola está presente em todo o País à exceção apenas de quatro Estados (Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro) e do território federal de Fernando de Noronha. Do total, 160 mil são assistidos pelo Governo, através da Funai; 55 mil atendidos pelas missões religiosas (que se dedicam mais às regiões Norte e Centro-Oeste), enquanto os demais 35 mil são catalogados como "arredios", isto é, vivendo em condições naturais, com raríssimos contatos com as frentes de atração. Estes índios arredios vivem, em sua totalidade, na Amazônia, incluindo-se neste contexto Amazonas, Rondônia, Acre e Mato Grosso.

Nível de vida

Consequência de um melhor trabalho assistencial que, mesmo enfrentando múltiplas barreiras, o Governo vem desenvolvendo no interior do País, o nativo — melhor dizendo, as raízes fundamentais do homem brasileiro — apresenta visíveis sinais de recuperação em termos de dignidade humana. Está mais organizado e politizado, assimila muitos hábitos saudáveis (e nocivos também) da comunidade majoritária civilizada.

Esta elevação qualitativa da vida do índio está caracterizada pelos percentuais estatísticos, revelando que a comunidade ouzora proprietária dos 8,6 milhões de quilômetros quadrados do chão brasileiro está aumentando gradativamente, na média de 3,2 por cento ao ano, superior à da comunidade envolvente, que oscila entre 2,5 por cento e 2,7 por cento. A julgar pelo percentual, no final do século a população indígena nacional deverá atingir os 440 ou 450 mil pessoas.

Eles estão vivendo em reservas, parques ou em condições naturais controladas por 13 delegacias regionais da Funai, destacando, em quantidade, a 1.ª DR (Amazonas) com cerca de 28 mil pessoas; 10.ª DR (Roraima), com 23.500; e 3.ª DR (Bahia; sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba), onde vivem algo em torno de 22.500 in-

dios. Além destas, seguem-se a 9.ª DR (Mato Grosso do Sul, com 20 mil; a 6.ª DR (Maranhão) com 8.500; 2.ª DR (Pará), com sete mil; 4.ª e 13.ª DR (Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul), que juntas, envolvem cerca de 12 mil índios. Ao todo, no âmbito da Funai, são 256 as propriedades indígenas, faltando quase tudo por demarcar, englobadas na superfície de 41 mil quilômetros quadrados e assistidas por 163 postos fixos e mais 18 frentes de atração.

Tribos

Por grupos, os Yanomamis são os mais numerosos, somando hoje pouco menos de 14 mil pessoas, vivendo em circunstâncias primitivas — embora os primeiros contatos dos brancos já tenham, recentemente, deixado algumas marcas negativas, transmitindo enfermidades que abalararam, em parte, a saúde deste povo nativo. Os yanomamis vivem no Território de Roraima, espalhados por cerca de 1,9 milhão de hectares. Desde os primeiros contatos com as frentes de atração, seu destino passou a ficar inseguro, temendo-se que a sorte dos yanomamis, por projeção, viesse a ser a mesma da maior parte dos índios brasileiros, com suas terras permanentemente violadas por grupos econômicos ou por aventureiros, abrindo campo para um incômodo início de degeneração de uma das raras espécies de raça ainda existente no Brasil em condições autênticas.

Está temor fez com que associações nacionais, que defendem de forma empírica ou na prática, os direitos de existência e de domínio espacial dos yanomamis, a pressionarem o Governo, para que, de alguma forma, assegure a sua perpetuidade. Tais entidades obtiveram o apoio de importantes organismos internacionais, e também de alguns governos e esse conjunto de forças foi essencial para que o Governo brasileiro, recentemente, tomasse consciência do problema e criasse o parque indígena exclusivo daquela gente, que entrará, este ano, em fase de demarcação oficial de área.

Além daqueles, também se destacam na comunidade indígena brasileira, tanto em número quanto em organização, os potiguaras, da Paraíba, que somam cerca de 5.700 indivíduos; o grupo Tikuna, Baniwa e Desana, do Amazonas, com o total aproximado de 13 mil pessoas; o Caingangue, de 13 mil vivendo nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo; o kaiwa-guarani-Terena-kadiweu-kinikinao, 20 mil indivíduos residente no Mato Grosso do Sul; e o xavante-bororó, cerca de cinco mil índios que vivem no Mato Grosso.

É complexo diferenciar o índio do Brasil, por grupo específico, língua, religião, mas há meios de distingui-los, embora no plano geral as origens sejam comuns e os dialetos apresentem muitas semelhanças entre si

Mas, da região para região, as diferenças aparecem com maior nitidez. É o caso, por exemplo, dos representantes da nação tupi-guarani, juruna, ariken, tupari, ramarama, monde e puruborá. Estão, os tupis, espalhados por quase todo o País e, em geral, são de estatura baixa e traços fisionômicos grosseiros, franzinos; embora os membros desta nação, que habitam a região do Alto Xingu, sejam altos e de forte complexão física.

Os outros dois grupos são o "tronco macro-jê" (que compreende as famílias jê, maxakali, funioh, bororo, carajá e caingangue e o "tronco aruaque", envolvendo as famílias arauá e aruaque. Os membros do "tronco macro-jê" são considerados os mais atrasados em termos culturais e de organização política, entre todas as nações indígenas brasileiras; enquanto o "tronco aruaque" é notabilizado pela diversidade de dialetos e, mesmo, algumas línguas puras.

"Naturais"

Até agora, colocamos apenas dados relacionados com os grupos ou falanges já conhecidas e integradas aos sistemas assistenciais do Governo e das missões religiosas. Mas, se observarmos os mapas da região amazônica e se compreendermos as colossais dimensões da área, quase toda ainda não penetrada pelos machados, pelas botas, pelas armas e pelas enfermidades dos barcos, é fácil entender as razões que levam o Governo a se preocupar com os números reais do seu contingente nativo. A Amazônia é um mistério e as estimativas oficiais da Funai sobre índios arredios (35 mil) podem pelo menos dobrar. Nesta região, é impossível o estabelecimento de prazos.

As próprias condições de impenetrabilidade da selva e a hostilidade natural ao homem, em se tratando de clima, por exemplo, impedem um dimensionamento exato sobre quantidade de índios lá existentes, vivendo em circunstâncias ainda desconhecidas, seus costumes, extensão de terras e outros detalhes. Neste particular, o Governo deposita alguma esperança na missão a ser iniciada este mês, na Amazônia, pelo cientista francês Jacques Cousteau, quanto a trazer novas e importantes informações, para melhor orientação da política indigenista oficial relacionada com aquela área.

Só no Estado de Amazonas, as frentes de atração da Funai estabeleceram muito recentemente os primeiros contatos com sete novos grupos indígenas (kanamari, macú, marubo, mayuruna, waiwai, wainiri-atroari e yanomani), somando mais seis mil pessoas. No Pará estão sendo desenvolvidos os trabalhos de estreitamento de relações com os araras e parakanás; no Maranhão está em andamento a aproximação com o grupo guajá, descoberto em 1974 e formado por cerca de 50 índios ainda arredios.

No novo Estado de Rondônia está evoluindo, lentamente, a atração dos grupos karipuna, massacá, su-

ruí e uru-eu-wau-wau; no Acre, dos 350 membros do grupo machineri, contatado desde 1978; em Roraima, dos wai-wai e dos yanomani; enquanto no Mato Grosso desenvolvem-se esforços visando consolidar os laços com os grupos krenakore e zoró, que totalizam pouco mais de 500 almas.

Usurpações

A partir deste ano, o Governo Federal buscará agilizar a política de demarcação das terras indígenas, processo que, ao longo dos anos, vem sofrendo sérias pressões, exercidas por grupos brancos interessados em protelar a questão, enquanto exploram os recursos naturais das terras invadidas e buscam, através do tempo — ou do "fato e presença consumados" — assegurar hipotéticos direitos de propriedade de áreas ocupadas sem resistência ou à força. Para acelerar o ritmo do trabalho, a Funai de Brasília funcionará apenas como órgão diretor, estabelecendo as linhas a serem seguidas pelas delegacias regionais, às quais será delegada toda a tarefa de solucionar as questões pendentes.

Existem casos curiosos de usurpação das propriedades dos nativos e violação do seu espaço, tolerados pelos mecanismos oficiais. Dois exemplos bastam para exemplificar a complexidade do alcance dos direitos nas terras dos nativos. No Paraná, menos de mil índios caingangues e guaranis têm, oficialmente, plenos direitos sobre 16.375 hectares na localidade de Mangueirinha. Mas boa parte desta área está ocupada por empregados de grupos econômicos

paranaenses: os índios vivem em permanente estado de alerta e as violências praticadas contra eles não foram ainda punidas. Pior, caíram no esquecimento.

É o caso do cacique Kretan, assassinado há alguns anos num suposto acidente automobilístico; e mais tarde um seu irmão. Na época, houve alguma repercussão no País (e mesmo além-fronteiras). A polícia do Paraná instaurou os "competentes" inquéritos, chegou a ventilar nomes de suspeitos de mando dos crimes, mas até hoje não se encontrou os culpados. Um apaixonado pela causa indígena, o cientista social Darcy Ribeiro, chegou a acusar, publicamente, o grupo econômico Slaviero, de Curitiba como pelo menos "interessado" no silêncio e no desaparecimento dos dois caciques, os quais, na luta pelos direitos da sua gente, estavam se tornando incômodos aos interesses maiores, dos "civilizados".

Mendigos

Mais acima, e a Oeste, no Estado do Mato Grosso, outro exemplo convincente do sistemático desrespeito ao direito espacial do nativo. Em pleno Pantanal, desde o interior do Estado até as margens do rio Paraguai, os índios kadiweu, no século passado ferozes combatentes que lutaram ao lado de tropas regulares brasileiras para repelir a invasão de soldados do Solano Lopez, foram contemplados, por mérito, pelo então imperador Pedro II, com uma área de ordem de 650 mil hectares de terras, vitalícias, para ali viverem e proliferarem. Proclamada a República, extinto o poder do im-

perador, vieram as campanhas de ocupação do espaço físico da fronteira ocidental brasileira e as terras dos kadiweu, ricas para a agropecuária e em recursos minerais, foram sendo ocupadas e seus donos legítimos expulsos.

Hoje, um século decorrido após a outorga das terras aos famosos "índios cavaleiros", a União reconhece, em princípio, menos de 400 mil hectares de terras como propriedade dos kadiweu e, ainda assim, esta área não está demarcada. De milionários, levando-se em conta a especulação imobiliária das mais altas do País, no Estado do Mato Grosso do Sul, aqueles índios vivem da mendicância, do subemprego, pouco a pouco dizimados ou corrompidos pelas influências negativas dos brancos.

Poucos vivem nas suas terras de direito e, ainda assim, como empregados de colonos brancos lá instalados há muito tempo, trabalhando a área sob regime de arrendamento, que vem sendo sistematicamente renovado. Há dois anos, quando era delegado da Funai em Campo Grande o índio Terena (e economista) Joel de Oliveira, foi iniciada uma campanha no sentido de que o governo desse prioridade à demarcação das terras pertencentes aos kadiweu e que os contratos de arrendamento não mais fossem renovados, de forma a permitir o retorno à área dos seus verdadeiros proprietários.

Os planos do índio Joel de Oliveira eram ambiciosos, contemplando um projeto agropecuário, com ênfase na bovinocultura a fim de integrar os kadiweu, de forma definitiva, no esquema produtivo e garantir seu

lugar ao sol. Porém, mais ambiciosos são os planos de alguns pequenos, mas fortes, grupos econômicos daquele Estado; e também de empresas interessadas em continuar exaurindo as riquezas das terras.

Por pressão ou não, o delegado da Funai foi destituído e em seu lugar nomeado um branco que, como primeira providência, a nunciou a manutenção do sistema de arrendamento das terras. Além disso, o Governo do Estado, à guisa de defender os direitos de colonos lá instalados, conseguiu bloquear o processo de demarcação das terras dos índios e a questão continua em suspenso.

Os "índios milionários" que outrora participaram de forma ativa para a defesa do território brasileiro, continuam vivendo fora das suas terras, na miséria.

Unidades

As distorções no âmbito da política indigenista são flagrantes e só a partir de 1979 começou o Governo a dar impulso maior ao ritmo de definição dos direitos de propriedade dos índios. Em 1980, na tentativa de fortalecer a luta pelos seus direitos, os índios do Mato Grosso do Sul, sob liderança e inspiração de Mario Juruna (cacique xavante que se tornou quase folclore no País inteiro) formaram a Unindi (União Nacional Indígena), indústria com respaldo de sociólogos e diversas associações de classe do País. Até agora a nova entidade não conseguiu dar o seu recado. Divergências profundas internas, especialmente as que se relacionam com o comando, têm cerceado as aspirações dos silvícolas as-

sociados. Entram em choque principalmente as formações, muito diferentes, dos índios guarani e terena, na disputa pelo poder e, além disso, não é vista com muita simpatia a ingerência e as influências dos valores dos xavantes, do Mato Grosso, de estrutura social e política bastante diferentes.

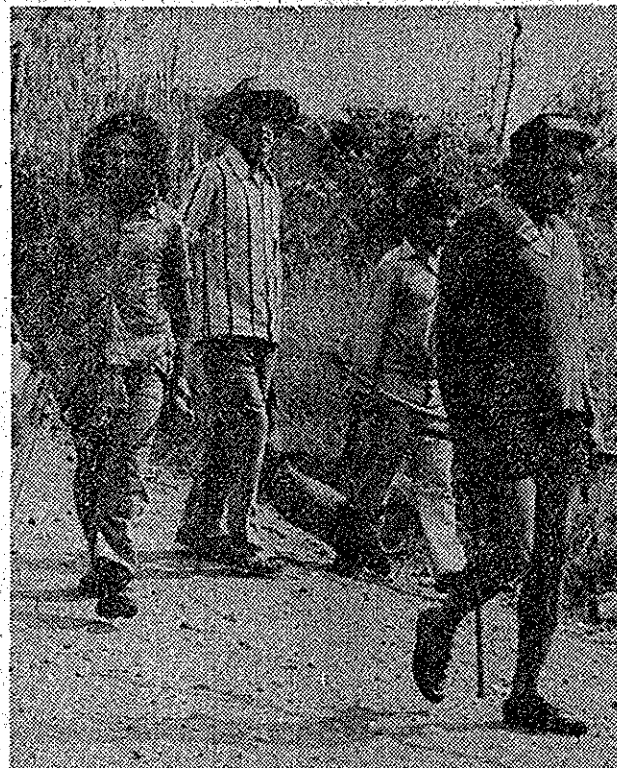
Dos 41 milhões de hectares reconhecidos, pela União, como terras indígenas, na verdade, em termos práticos, oficiais, os nativos só se podem considerar proprietários, hoje, de 14 milhões. O restante ainda demorará algum tempo para ser demarcado em definitivo, justificando o Governo esta morosidade em função da complexidade dos títulos confrontantes, e, indiretamente, fica embutida a força da pressão exercida por aqueles interessados em deixar que o assunto se arraste no tempo. Naquele volume de 41 milhões de hectares não estão computadas as terras habitadas pelas tribos e nações ainda não atraídas pelo serviço oficial de condução da política indigenista.

Integração

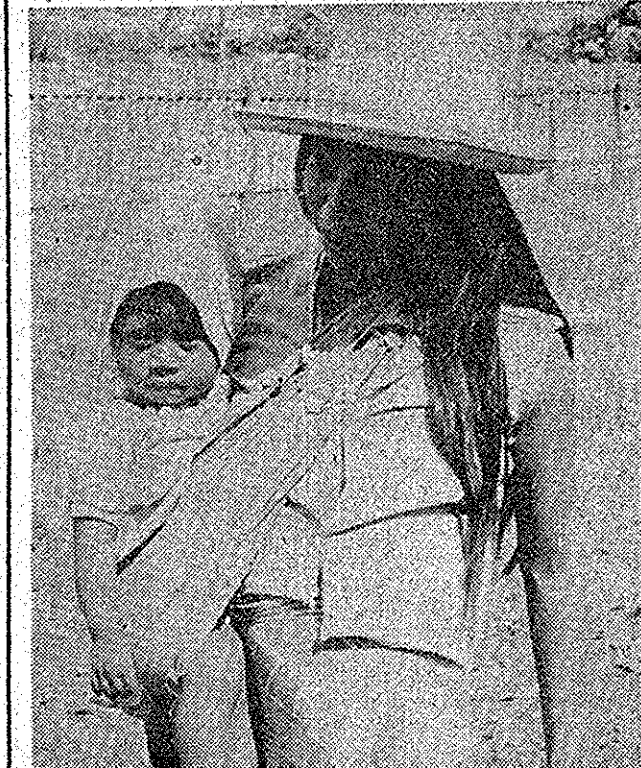
Os graus de desenvolvimento e aculturação são bastante diferentes, sendo inadequado tecer considerações sobre esta problemática, dentro de um contexto geral. A própria política indigenista tem sofrido mutações através dos tempos e tende a ser ainda mais alterada. Com base em sugestões de técnicos especializados no assunto, chegou-se a cogitar, na área oficial, em desenvolver a política de assistência ao índio dentro dos parâmetros de manutenção da plenitude de seus valores e tradições.

Porém, hoje, a técnica mais aceita e praticada é a da integração progressiva do silvícola à sociedade predominante: técnica que ficou conhecida como a "novela do Joelão ferido". Esta é a denominação de uma importante reserva indígena iaque. Superprotegidos, os índios estudaram, cursaram faculdades, criaram um movimento sólido, político, até se sentirem suficientemente fortes para reivindicar direitos plenos existenciais, inclusive a formação de uma nação própria, independente dos Estados Unidos. O movimento separatista só foi superado depois de meses de árduas negociações e pelo empenho da força. A partir daí, os técnicos governamentais brasileiros passaram a observar o assunto do silvícola nacional, através de outras lentes, o que levou à aceitação tática da técnica de integração progressiva, no sentido de evitar, mais tarde, a repetição daquele problema, no plano interno.

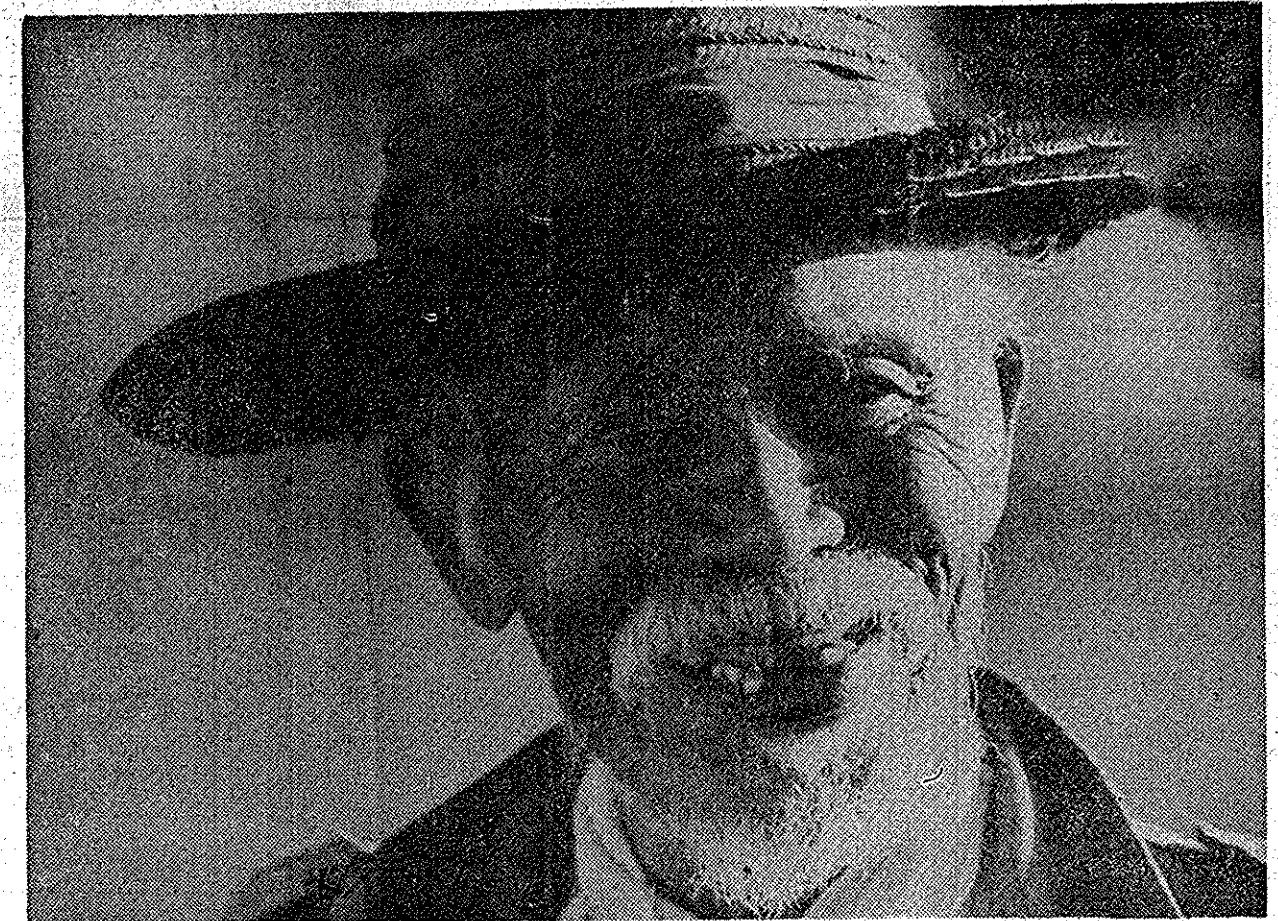
Esta integração progressiva se estriba, basicamente, no conjunto de programas governamentais, englobados na série de "Projetos de Desenvolvimento de Comunidades Indígenas", realizados pela Funai. Os primeiros resultados já estão aparecendo e, hoje, devido aos êxitos alcançados, a estrutura bancária oficial brasileira — Banco do Brasil e bancos estaduais — já instituiu linhas especiais de crédito para as comunidades nativas. Por enquanto, o arroz continua sendo a principal cultura desenvolvida, em nível de organização, pelas 13 delegacias regionais da Funai. No conjunto, cerca de 5.700 hectares estão sendo utilizados para aquela atividade agrícola que, de acordo com as previsões da safra 81/82, estão rendendo, este ano, cerca de 90 mil toneladas do produto, destinados ao consumo das comunidades e venda no comércio interno nacional. Além do arroz, os índios estão se dedicando à ampliação do cultivo do milho, feijão, mandioca, frutas, castanha e guaraná. Também estão iniciando a formação de pastagens para fortalecimento da atividade pecuária, hoje ainda incipiente.



De uma das reservas gaúchas



O índice de natalidade aumentou



Um kaingangue, remanescente dos índios que moravam no Estado, em 1500